

## O DESAFIO CHINÊS DE ESTIMULAR O CONSUMO DOMÉSTICO COMO RESPOSTA À CRISE

Aline Tedeschi da Cunha (FFC/UNESP)  
aline.tedeschi@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem por escopo averiguar que a crise iniciada em 2007-2008 que se abateu sobre a economia mundial sublinhou a dependência da economia chinesa face aos mercados globais na medida em que suas consequências para a parte chinesa são provenientes mais da queda da demanda externa de seus produtos que da derrocada dos mercados financeiros e da contração do mercado de crédito - como é o caso nos Estados Unidos e na Europa; e que a reorientação político-econômica a partir do 12º Plano Quinquenal (2011-2015) chinês rumo ao estímulo ao crescimento do consumo doméstico como meio para mitigar esta dependência, longe de ser uma resposta simples à crise, mais bem se revela como uma fragilidade estrutural a ser enfrentada na nova etapa de desenvolvimento chinês.

**Palavras-chave:** China. Política Econômica. Consumo Doméstico.

**Abstract:** This article has the purpose to investigate that the crisis started in 2007-2008 that hit the world economy highlighted the Chinese economy's dependence of global markets since the consequences for the Chinese side come mostly from the fall of external demand for their products than from the collapse of financial markets and the contraction of the credit market - as is the case in the United States and Europe; and the political and economic reorientation from the Chinese 12th Five-Year Plan (2011-2015) towards stimulating growth of domestic consumption as a means to mitigate such dependence, far from being a simple response to the crisis, better reveals itself as a structural weakness to be addressed in the new stage of Chinese development.

**Key-words:** China. Economic Policy. Domestic Consumption.

### Considerações iniciais

A crise econômica mundial iniciada com os *subprimes* e as quebras das instituições financeiras norte-americanas em 2007-2008 e as suas consequências para os sistemas financeiro e bancário, assim com para a economia real, são ainda, e naturalmente, objeto da maior atenção por parte de governantes, intelectuais e canais midiáticos. A República Popular da China (RPC), na esteira do Terceiro Plenário do 18º Comitê Central do Partido Comunista, procura planejar e estabelecer medidas que mitiguem os efeitos recessivos da crise e abonem novo fôlego à economia chinesa.

Desde o limiar da crise, as bolsas chinesas acompanharam as evoluções dos mais importantes mercados financeiros internacionais. Não diferentemente de Wall Street, Londres ou Paris, as bolsas chinesas experimentaram um crash que se acelerou paulatinamente nos anos seguintes a 2007-2008, devido, grande parte, ao temor de que o governo da RPC aumentasse os mecanismos de controle de capitais para refrear o efeito dominó da crise, ou seja, colocasse barreiras para seu movimento, como cobrança de impostos pelos lucros

remetidos ao exterior, proibição de saída do capital do país e determinação de que somente uma porcentagem do capital possa voltar ao país de origem.

O *Shanghai Stock Exchange Composite Index* (SSE), principal índice da bolsa de Shanghai, perdeu 60% do seu valor já em 2008 – com queda de mais de 7% em um só dia (SHANGHAI STOCK EXCHANGE 2009), enquanto que o *Hang Seng Index* (HSI), bolsa de Hong Kong, perdeu quase metade de seu valor, ou seja, 30% (HANG SENG INDEXES 2008), o que corresponde a taxas maiores do que as apresentadas pelas praças ocidentais. Ainda assim, a queda assombrosa das praças chinesas não foi noticiada pela mídia de forma tão veemente quanto as quedas ocidentais. Isso pode ser explicado como decorrência de duas características do mercado financeiro chinês.

Em primeiro lugar, destaca-se que, comparativamente às bolsas ocidentais em termos de capitalização, os mercados bolsistas chineses permanecem marginais. Segundo, o índice das maiores praças mundiais em capitalização bolsista, publicado pela revista Exame (2012), a norte-americana New York Stock Exchange (NYSE) se encontra em primeiro lugar e soma US\$ 11,79 trilhões, ou seja, 25% do mercado mundial. Já a bolsa de Shanghai, abarca a quinta colocação em capitalização, com US\$ 2,35 trilhões. De acordo com a mesma publicação (REVISTA EXAME 2012), a China caiu cinco posições no ranking de desenvolvimento financeiro – ficando em 23ª posição -, queda que pode ser atribuída justamente ao baixo desempenho do país nos serviços bancários e no acesso financeiro.

É justamente o relativo baixo desempenho chinês de serviços financeiros a segunda característica de seu mercado financeiro. Com efeito, os mercados financeiros chineses são uma criação recente. A bolsa de Hong Kong é a mais tradicional, fundada em 1969. Já a bolsa de Shanghai, a de maior capitalização da Grande China, foi fundada em 1990, no mesmo ano da fundação da bolsa de Shenzhen (SZSE). Logo, estão ainda longe de constituir o mais importante vetor de financiamento da economia.

O setor bancário da China tem sido dominado por bancos estatais que, no passado, emprestavam principalmente a empresas estatais, tanto por diretrizes políticas como para reduzir o risco. Ainda que, nos últimos anos, as empresas privadas tenham-se tornado uma importante fonte de crescimento, estas ainda só recorrem aos mercados financeiros em cerca de 25% do seu financiamento externo, sendo o restante afiançado pela intermediação bancária tradicional (ABDI; BNDES; BM&FBOVESPA; CVM; FINEP, 2012). Diferentemente dos mercados financeiros, que acompanharam a queda das bolsas internacionais, os bancos domésticos chineses ficaram relativamente poupados pela crise dos sistemas bancários europeu e norte-americano. Isto porque, antes de ser um sinal de boa dinâmica do sistema,

este fato explicita na verdade um funcionamento ainda imperfeito, fortemente regulado pelo governo, dos bancos chineses. Este fato também contribuiu para que os bancos não se enredassem de forma mais profunda nas trocas de ativos financeiros “tóxicos”, resultando em uma exposição moderada ao efeito dominó da crise.

Ainda neste cenário, no intuito de garantir sua liquidez e sobrevivência, as empresas privadas sujeitas à restrição de crédito mantêm um percentual maior do seu ativo em forma líquida do que aquelas que não apresentam restrições (CAMPELLO et al., 2009). Conseqüentemente, nota-se que a taxa de poupança - aproximadamente 50% do PIB chinês - e de alto investimento das firmas chinesas é das mais elevadas do mundo. Nonnenberg (2010, p. 215) aponta que

[a] poupança [chinesa], desde 2002, cresceu principalmente devido à elevação da poupança das empresas. Isso, por sua vez, deve-se à combinação de três fatores: em primeiro lugar, o grande aumento da lucratividade das empresas nos anos recentes. Segundo, à política de distribuição de dividendos: enquanto os acionistas privados recebem poucos dividendos, o Estado, acionista majoritário, praticamente não os recebe. Em terceiro lugar, boa parte do crescimento econômico da China foi devido à acumulação de capital, estimulando as empresas a reterem parcela substancial dos lucros. Mas não se pode deixar de lado que a poupança do governo também vem crescendo como proporção do PIB.

Nesse sentido, a queda dos mercados bolsistas chineses não terá senão um impacto limitado sobre as possibilidades de financiamento das empresas.

Apesar da crise financeira internacional atingir os mercados financeiros chineses, o papel destes últimos na economia real é de certa forma limitado pelos motivos supracitados. No entanto, não se pode inferir que a República Popular da China foi poupada da crise. Contrariamente ao que se passa nos Estados Unidos e na Europa, as conseqüências para a economia chinesa não advêm em sua maior parte diretamente da crise financeira e da contração do crédito, mas dos efeitos indiretos determinados pela recessão econômica mundial e, particularmente, pelo arrefecimento da atividade e pela quebra da demanda nos Estados Unidos e na Europa.

Nesse sentido, o presente artigo resgata, na seção seguinte a esta introdução, elementos oriundos da crise que tangenciam e tornam vulneráveis as políticas econômicas chinesas, de forma a ressaltar sua dependência comercial com relação aos mercados internacionais. Conseqüentemente, analisa-se um elemento de mudança significativa, excitada pela crise mundial e ainda em processo, na orientação político-econômica chinesa rumo a um “pouso suave” doméstico da crise e na diminuição da dependência da economia chinesa face à conjuntura internacional: o fortalecimento do mercado consumidor interno chinês.

## 1. A via pela qual a crise atingiu a China

Antes da crise internacional, o último ciclo de crescimento da economia mundial, no intervalo entre 2003 e 2007, foi puxado pelos países emergentes, especificamente pela China. De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), os chineses responderam por, pelo menos, um quarto da expansão do crescimento mundial no período. No período entre 2000 e 2010, o país viu seu PIB aumentar de forma vertiginosa, passando de 8.940 trilhões de yuanes para 39.798 trilhões (CHINA DAILY, 2010). A contribuição do crescimento chinês para o crescimento da economia mundial nesse mesmo período foi de 15,2% do PIB global em dólares correntes (FMI, 2010).

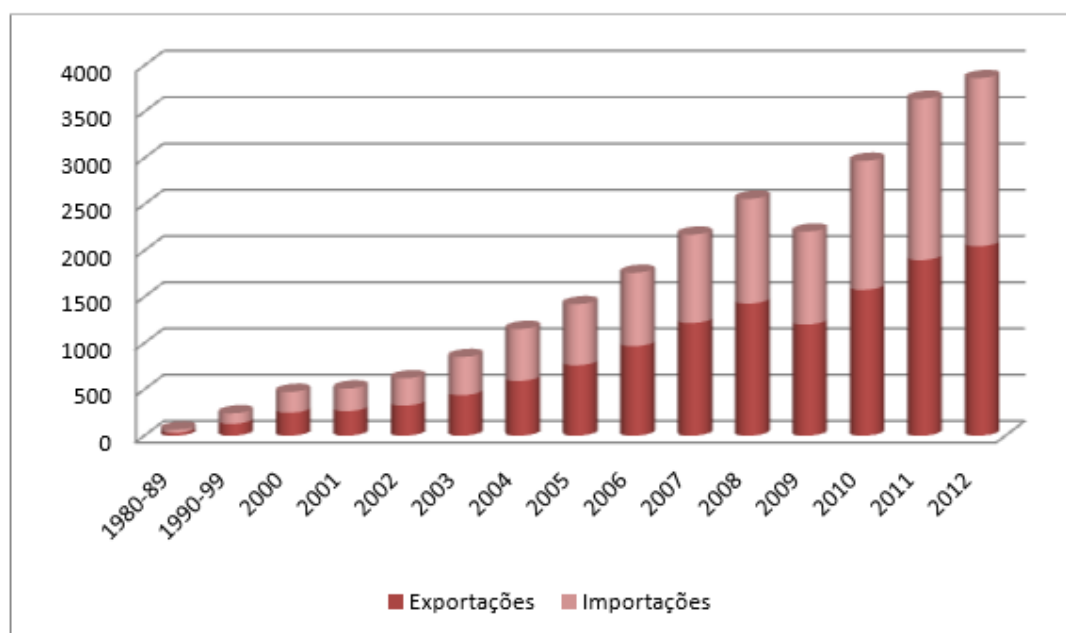
Depois da Reforma e Abertura da China Popular promovida pelo arquiteto geral da modernização, Deng Xiaoping, a partir do Plenário do XI Comitê Central, em 1978, a China re-inaugurou sua dimensão internacional. O líder se caracterizou por assumir uma atitude pragmática e que se sintetizava na frase “pouco importa se o gato é branco ou preto, contanto que cace ratos”, ou seja, qualquer medida que permitisse o crescimento econômico devia ser promovida pelo governo e ser rapidamente difundida; o contrário seria feito àquelas medidas que não conduzissem ao crescimento e gerassem instabilidade. Keohane e Nye (2001) afirmam que a China obteve rápido crescimento econômico a partir de sua abertura, pois capitalizou os ganhos da globalização financeira das décadas de 1980 e 1990. Qian e Wu (2000, p. 6) ainda destacam a relevância do comércio externo como alavanca principal para o crescimento chinês:

O desenvolvimento do mercado da China foi também impulsionado pela rápida expansão do comércio externo. Graças à política de abertura, tanto as exportações como as importações aumentaram mais rapidamente que o PIB. Por exemplo, a porcentagem relativa das exportações no PIB cresceu de menos de 5% em 1978 para mais de 20% em meados de 1990.

O fortalecimento da posição internacional do gigante asiático tem dependido do seu planejamento das relações econômicas internacionais. Primeiro, o controle do câmbio por parte do governo em patamares competitivos explicam parte do desempenho exportador do país. Mais do que a já sabida oferta de mão de obra a baixo custo, as condições macroeconômicas como moeda desvalorizada, crédito estatal abundante e taxas de juros baixas, combinadas a um conjunto de políticas industriais, comerciais e tecnológicas empreendidas desde a Reforma e Abertura - como exemplo liberar pequenas empresas à negociação livre, sem o controle direto estatal, e incentivar investimentos estrangeiros nas Zonas Econômicas Especiais por meio de *joint-ventures*-, são estímulos governamentais à conquista de mercados externos. A Figura (1) mostra a evolução da corrente de comércio

chinesa entre o período imediato pós-reformas e o ano de 2012. Pode-se notar seu salto vertiginoso a partir do início da década de 2000, especificamente após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Também é revelada a queda acentuada em sua corrente de comércio, em 2009, um ano após o estouro da bolha *subprime* nos Estados Unidos e o desencadeamento da crise financeira internacional, com seguida retomada nos anos posteriores.

**Figura 1** - Evolução da corrente de comércio (exportações + importações) da China 1980-2012 (em US\$ milhões)



Fonte: PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (RPC). Ministry of Commerce, Brief Statistics on China’s Import & Export. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/BriefStatistics>>. Acesso em 12.jan.2013.

A partir de sua maior inserção econômica internacional, a China se tornou um centro produtor regional e de industrialização para reexportação, ou exportação de produtos anteriormente importados – o que concedeu ao país o codinome de “fábrica do mundo”. As importações para a China passaram a vir, cada vez mais, de outros países asiáticos e latino-americanos ao mesmo tempo em que um aumento correspondente nas exportações fluía para nações desenvolvidas, especialmente para os Estados Unidos e países da Europa. Considerando-se o período entre 2000 e 2011, as exportações da China somente para os Estados Unidos cresceram 299%, enquanto as exportações norte-americanas para a China cresceram 542% (de US\$ 16,2 bilhões para US\$ 103,9 bilhões) (USCBC, 2010).

Mesmo com impressionante corrente de comércio sino-norte-americana, a União Europeia (UE) como um todo (incluindo a Eurozona, o Reino Unido, e os novos membros da Europa oriental) ultrapassou os Estados Unidos como o principal parceiro comercial da China,

em 2011, ano em que o comércio bilateral somou €428 bilhões (US\$ 558 bilhões) (REUTERS, 2012). Na última década, as exportações da UE para a China mais do que triplicaram, mas as importações daquele país cresceram ainda mais.

Estes índices concretizam o fato de que, em 2009, a China chegou ao posto de maior exportador mundial, ao exportar mais de US\$ 1,2 trilhão, ultrapassando a Alemanha; enquanto o PIB chinês alcançou US\$ 5,8 trilhões, superando o do Japão, com US\$ 5,4 trilhões, e ascendendo ao posto de segunda maior potência econômica mundial (O GLOBO, 2010).

Adicionalmente, as diversas formas de interação com o mercado externo possibilitaram extraordinária atração de investimentos para a China. Ao privilegiar o investimento direto externo (IED), a China pôde estabelecer controles de capitais e operar com baixo nível de endividamento externo, alcançando altos níveis de superávit em sua balança comercial. O acúmulo de reservas de divisas – incluindo as reservas estrangeiras, grande parte na forma de Títulos do Tesouro norte-americano - alavancou uma política monetária favorável à expansão do crédito interno, garantindo assim também altas taxas de investimentos internos (50% do PIB em 2010), direcionados, sobretudo, ao setor de infra-estrutura.

Entretanto, faz-se de suma importância analisar o fato de que, o que antes impulsionou a inserção internacional chinesa e sua alçada comercial – economia fortemente direcionada para a exportação somada ao forte investimento doméstico – atualmente essa característica se mostra como um ponto de inflexão para a política econômica da RPC. E um questionamento importante surge: Por quanto tempo ainda pode a China sustentar seu modelo de crescimento?

Graças à sua forma de inserção internacional e ao seu forte peso na economia mundial, os efeitos da deflagração da crise são sentidos majormente de forma indireta, determinados pela recessão mundial e pela quebra da procura nos Estados Unidos e na Europa, trazidos pelo desemprego elevado, pelo forte endividamento de consumidores e pela baixa oferta de crédito nesses países.

As importações norte-americanas da China, que apresentavam taxa de crescimento em torno de 25% após a entrada desta na OMC, conheceram crescimento muito inferior nos anos de 2007 e 2008 (11,7% e 5,1%, respectivamente), chegando a apresentar a taxa negativa de -12,3% em 2009 (MANDEL, 2013). Ela apresentou breve retomada em 2010, de 23,1%, para em seguida voltar a apresentar baixas taxas de crescimento, como 9,4% em 2011 (USCBC, 2013).

Os Estados Unidos representam 17,2% das exportações chinesas, enquanto que a União Europeia representa 16,3% do total. Já nas importações, a União Europeia participa com 11,7% do total e os Estados Unidos com 7,3%. Logo, com taxas tão significativas de

comércio exterior, era de se esperar que uma contração na demanda dos dois mercados mais expressivos para a China contribuísse para a desaceleração da própria economia chinesa.

Com efeito, o crescimento econômico do país, em 2012 – já na “segunda fase” da crise internacional - foi arrefecido a 7,7%, o menor patamar em mais de três anos. Em 2009, ao já observar uma desaceleração do crescimento do PIB, a China entrou na lista dos países que apresentavam megapacotes na tentativa de proteger a economia doméstica e, em certa medida, contribuir à retomada econômica internacional, ao anunciar um estímulo de 4 trilhões de yuanes, o equivalente a US\$ 586 bilhões.

A conjuntura comercial internacional, não obstante, apresenta um agravante que pode estar tangenciando a desaceleração da economia da China: o aumento de barreiras não-tarifárias no imediato período pós-crise.

Tem-se, primeiramente, um cenário em que, como reação quase natural a um período de crise, muitos países tendem a voltar-se para a resolução de impasses domésticos (TAYLOR; WILSON, 2009). Esta reação é, na maioria das vezes, refletida por um aumento do protecionismo como medida para garantir a manutenção e o crescimento da indústria local (ERIXON; SALLY, 2010). Assim sendo, durante um período de crise, medidas de proteção à indústria doméstica, como os regulamentos técnicos, comumente se proliferam e podem-se tornar barreiras à entrada de produtos importados no mercado doméstico.

Estes regulamentos técnicos funcionam como um tipo de barreira não tarifária no comércio mundial e são disciplinados pelo Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (Acordo TBT) no âmbito da OMC. Quando os regulamentos técnicos, que pretendem prevenir práticas comerciais desleais e enganosas, não apresentam objetividade e transparência, acabam por distorcer o comércio internacional. Na mesma medida, a proliferação exagerada desses regulamentos em tempos de crise pode também ter efeito de distorção sob o comércio internacional, uma vez que impactam diretamente o fluxo de mercadorias entre os países (BUTTON, 2004).

De acordo com Carvalho e Silveira (2012), nos anos de ápice da crise internacional (2008 e 2009), as notificações de regulamentos técnicos na OMC aumentaram, sendo o líder dessas notificações justamente o maior mercado importador da China: os Estados Unidos. Doravante, de 2009 a 2010, os Estados Unidos aumentaram o volume de notificações em 46%, enquanto que a própria China reduziu o número de notificações em 70%. Em contrapartida, no primeiro semestre de 2012, possivelmente em uma tentativa de maior regulamentação comercial em tempos de crise, quem assumiu a primeira colocação no número de notificações foi a China, com 63 de um total de 1026 notificações na OMC, seguida por Estados Unidos

(56) e União Europeia (53), seus principais parceiros comerciais (CARVALHO; SILVEIRA, 2012).

Além da desaceleração de seu crescimento econômico com a queda da demanda de seus parceiros e, em menor medida, com os efeitos da imposição de barreiras não tarifárias por parte deles, a China ainda deve ter em conta na elaboração de políticas que objetivam um “pouso suave” da crise dois elementos relevantes: a) o fato de ser a maior credora dos déficits norte-americanos; e b) o fato de poder agravar a crise econômica internacional com um excesso de capacidade produtiva causado pelo alto nível de investimento aplicado internamente. Quanto ao primeiro elemento, Li (2008, p. 89) considera o que segue:

Para que a China mantenha altas taxas de superávit em sua conta corrente, outras economias devem manter altas taxas de déficits [...] De uma perspectiva global, o superávit chinês na conta corrente tem sido inteiramente absorvido pelos déficits na conta corrente norte-americana. Se os Estados Unidos não apresentarem mais altas taxas de déficit em sua conta corrente, e a Europa minimamente não começar a apresentar altas taxas de déficit, será muito difícil para a China sustentar seu superávit.

Concomitantemente, a preocupação dos chineses cresce na medida em que os legisladores norte-americanos discutem políticas para reduzir os gastos do país e reduzir o teto da dívida dos Estados Unidos. Apesar dos esforços empreendidos, o endividamento do país chegou ao seu patamar máximo em 2011 e o governo não garante o cumprimento de pagamentos no curto prazo. Além disso, em agosto deste mesmo ano, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou a nota de risco (*rating*) dos EUA de “AAA” para “AA+” - ou seja, os Estados Unidos perderam o status de confiança máxima. Como consequência, há a possibilidade de que os custos dos empréstimos tomados pelos EUA aumentem fortemente, piorando a já difícil posição fiscal do país.

Fermendo e Merino (2011) atentam ainda para o fato de que os crescentes déficits fiscais são agravados devido ao resgate público do setor financeiro privado e aos estímulos públicos para que a recessão não seja aprofundada. Como se nota, ainda que o grande superávit chinês em relação a seus devedores garanta bons níveis de investimento interno, também acaba por deixar vulnerável sua política econômica. Como aponta Wolf (2010, p. 1),

[o]s países com superávit insistem em continuar como antes. Mas se negam a aceitar que sua dependência em superávit de exportações devem recair sobre eles mesmos, uma vez que seus clientes quebrem. De fato, isso é o que está acontecendo.

No que tange ao segundo elemento, de ordem estrutural, coloca-se a probabilidade de que, se os níveis atuais de investimento chinês forem sustentados continuamente - cerca de 40% do PIB investidos crescentemente em capital fixo, sobretudo em infra-estrutura-, a China ficaria



com um excesso de capacidade produtiva, já que seus níveis de investimento e exportações líquidas têm aumentado mais rapidamente que a da própria economia mundial.

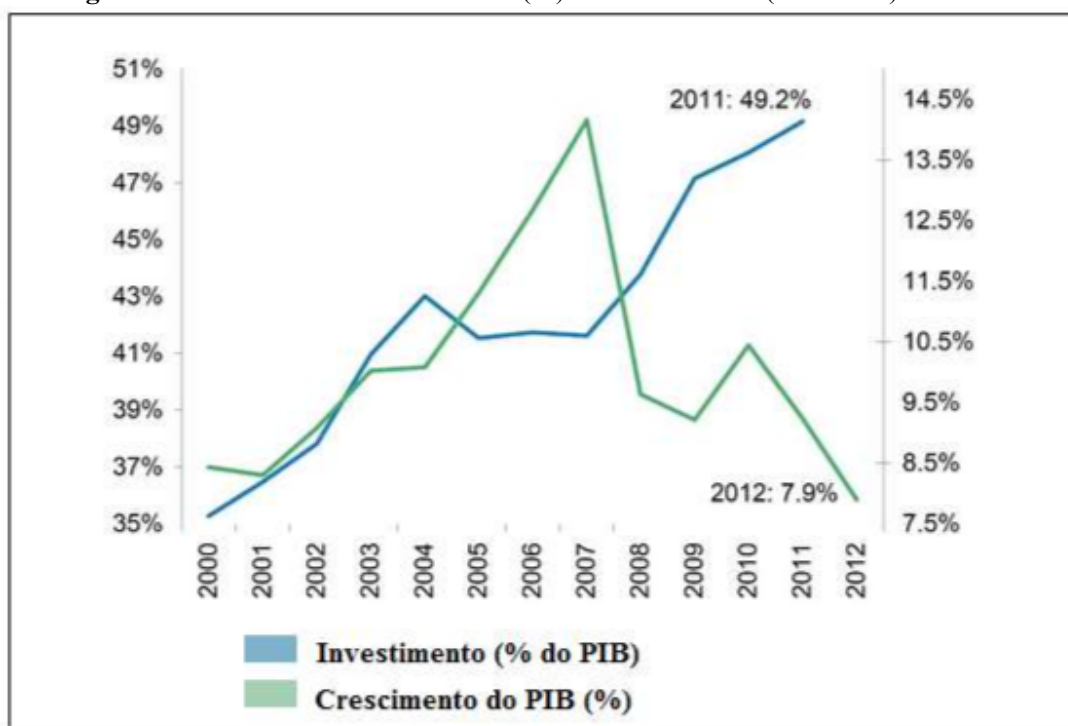
Li (2008), atentando para o essencial papel dos investimentos em uma situação de superprodução, aponta que em um nível dito “sustentável”, o investimento deverá ser apenas suficiente para cobrir a depreciação do capital fixo, bem como um investimento líquido que permita ao estoque de capital crescer no mesmo ritmo da produção econômica. Se o investimento é superior a este nível, o estoque de capital tende a crescer mais rapidamente que a produção econômica, levando à queda da produtividade do capital e da taxa de lucro, situação que não poderia continuar indefinidamente.

Dessa forma, a China não está tracionando as economias paralisadas dos Estados Unidos e da União Europeia, mas sim exportando excesso de oferta e, conseqüentemente, empurrando para baixo os preços no mercado internacional e, com eles, as taxas de lucro do capital (FERMENTO; MERINO, 2011).

A dependência da China em relação aos investimentos, além de pressionar a economia mundial já desestabilizada pela forte crise, não permitirá que o país tenha um crescimento sustentável em longo prazo. Destarte, para, de fato, contemplar um “pouso suave” da crise internacional, o grande desafio chinês será evitar o superaquecimento – para não pressionar também a inflação - enquanto ainda promove o crescimento de sua economia.

Nesse sentido, há atualmente forte pressão internacional para que esse *player* global valorize sua moeda (Renminbi) – que já apreciou cerca de 6% em termos efetivos em 2011-, termine com o tipo de câmbio fixo desvalorizado em relação ao dólar e estimule o consumo interno como forma de reforçar a demanda agregada global diminuindo o peso de suas exportações. Como ilustração, tem-se a recomendação publicada pelo FMI em fevereiro de 2012, no documento intitulado “China Economic Outlook”. Nele, a instituição aponta que a fraca conjuntura global reforça a importância de que o governo da RPC reequilibre sua economia, que, a seu ver, significa não somente reformar o setor financeiro e empresarial, como também aumentar o consumo interno e diminuir a dependência do crescimento do PIB dos investimentos. A Figura (2) mostra que, de fato, os investimentos vinham tomando parte significativa do PIB desde o início da década de 2000 e agora se encontra em direção oposta ao crescimento do próprio PIB, que apresenta forte queda a partir de 2007-2008, mesmo com breve retomada em 2010.

**Figura 2 - China: Crescimento do PIB (%) e Investimentos (% do PIB) 2000-2012**



Fonte: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). China Economic Outlook, 06.fev.2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/country/CHN/rr/2012/020612.pdf>. Acesso em 20.jan.2013. Modificado pela autora.

A expectativa com relação à orientação político-econômica chinesa é de que se tomem medidas necessárias contra um pouso forçado da economia. Para a RPC, a manutenção do crescimento de sua economia é, simultaneamente, uma prioridade e um imperativo. Do sucesso de suas políticas depende o equilíbrio das forças dentro do Partido Comunista Chinês (PCC) e da nova liderança do Politburo, que ascendeu ao governo em novembro de 2012, bem como a estabilidade social e a continuidade do regime.

No entanto, apesar de o governo ter mostrado esforços para manter a ininterruptão da expansão a taxas que assegurem o nível de atividade econômica e reduzam o impacto da crise internacional, mostra-se reticente quanto à valorização de sua moeda e à diminuição dos investimentos. O governo pretende, ao contrário, re-impulsionar a economia com uma política fiscal expansionista e aumento dos investimentos. Enquanto que sua avaliação sobre a valorização do Renminbi pode ser resumida nas palavras do ex-Premier chinês Wen Jiabao no encerramento do Congresso Nacional Popular Chinês em março de 2012 – logo após as recomendações do FMI, e direcionando-se aos Estados Unidos: “O que não entendo é depreciar a moeda própria, e tentar pressionar outros para apreciá-la, com o fim de aumentar as exportações. Em minha visão, isso é protecionismo” (FINANCIAL TIMES, 2010). Este pronunciamento explicita claramente, com um caráter mais agressivo e em uma acepção de

defesa conveniente, a disposição do governo da RPC de manter artificialmente desvalorizada sua moeda - restringindo as possibilidades de movimentos de capitais à entrada e saída do país. Ao mesmo tempo, ataca a política estadunidense de aplicação de medidas compensatórias contra importações originárias de países com a moeda desvalorizada, que ao julgo chinês, é igualmente uma medida protecionista.

Nesse sentido, a China aposta em uma manobra que afaga a pressão internacional e, concomitantemente, lhe confere importante oportunidade para assumir um novo passo em seu crescimento econômico: a ampliação do consumo doméstico chinês.

## **2. Re-orientação para o mercado interno chinês**

Esta orientação política é claramente uma tentativa de reduzir a dependência econômica da China em relação aos mercados externos e de focar no incentivo à atividade econômica dentro de suas próprias fronteiras. A ampliação do consumo do mercado interno de 35% para 55% do PIB foi, inclusive, uma determinação do 12º Plano Quinquenal (2011-2015). Para o governo chinês, estabelecer um mecanismo de longo prazo de expansão da demanda doméstica perpassa pelo desafio de criar um propício ambiente de consumo por meio da crescente urbanização, da implementação de estratégias de empregabilidade, do aprofundamento da distribuição de renda e diminuição de disparidades sociais e da melhora do sistema de seguridade social.

Na verdade, as taxas de crescimento da economia chinesa, a urbanização e a elevação salarial média desde a Reforma e Abertura já têm gerado o adensamento do mercado interno – ainda que em taxas muito inferiores aos patamares mundiais-, aflorando a necessidade de maior acesso a serviços e produtos que antes não representavam demanda tão significativa.

No início da década de 1980, a China passou por uma reforma industrial alimentada pela transição de uma enorme massa de trabalhadores agrícolas para trabalhadores de fábrica. Empregos foram necessários para estes trabalhadores migrantes e se, na época, a maioria das posições eram repetitivas e exigia pouca competência especializada, a força de trabalho da China evoluiu e faz da China hoje o lar de alguns dos fabricantes de mais avançada tecnologia. Como resultado desta mudança na força de trabalho, os salários apresentaram crescimento significativo; e isso tem dado origem a uma base de consumidores mais exigentes. Isso se reflete na demanda por bens e serviços. É o caso, por exemplo, de aparelhos e serviços urbanos, como abastecimento de água, transporte coletivo, iluminação pública e privada, atendimento de saúde, redes de escolas etc., bem como de bens industriais que antes eram produtos de auto-consumo, como alimentação e produtos têxteis. Para ilustrar, entre 1990 e

2010, o consumo de energia per capita foi de 511 kW/h para mais de 2800 kW/h e a quantidade de usuários de internet e de celular foi de zero para 30% e posteriormente para 60% (BANCO MUNDIAL, 2011).

Além disso, o alargamento do mercado interno nas últimas duas décadas pode ser mensurado pela elevação do PIB per capita em poder de paridade de compra (*Purchase Power Parity – PPP*) de US\$ 800 na década de 1990 para US\$ 9.450 em 2012; e pelo crescimento da população urbana de 311 milhões para 690 milhões de habitantes urbanos, sendo que saltou de 9% para quase 18% vivendo em cidades com mais de um milhão de habitantes. Ressalta-se que, pela primeira vez, desde o início das Reformas de Deng Xiaoping, a população urbana (51,27%) ultrapassou a população rural no final de 2011, com 690.09 milhões e 656.56 milhões de habitantes, respectivamente. Para Chang (2012, p. 1), economista da Barclays Capital em Hong Kong, “a urbanização tem sido um fator fundamental por trás do crescimento econômico da China. [E] tem ainda um longo caminho a percorrer, talvez por mais 20 anos”.

É nesse sentido de prosseguir com a urbanização, diminuir a desigualdade de renda que há entre população urbana e rural - o que significa dizer desigualdade entre leste e oeste do país -, e aumentar o nível de emprego e de renda per capita, que o governo da RPC não pretende se desvincular das altas taxas de investimento, sobretudo em infra-estrutura, como porcentagem do PIB. Esses investimentos estão sendo responsáveis não somente pela geração de emprego alocando mão-de-obra (ao menos em curto prazo), como também pela crescente urbanização em direção ao oeste chinês, tradicionalmente de economia rural e de precária infra-estrutura produtiva.

Nos últimos anos, por meio de fortes incentivos governamentais como a redução de impostos para compra de máquina e equipamentos e ampliação da política de concessão de crédito, diversas unidades produtivas foram realocadas de províncias costeiras para províncias centrais e do oeste chinês, com o intuito de impulsionar sua vitalidade econômica. O aumento de gastos com infra-estrutura rodoviária e ferroviária - que cresceram 82% ao ano desde o início da década de 2000-, aviação civil, transporte de água e de energia (petróleo e gás) para estas regiões têm concretizado as intenções (FINANCIAL TIMES, 2012). Além disso, os estímulos têm mantido o crescimento significativo dos salários, que aumentará 13% ao ano até 2015 segundo o 12º Plano Quinquenal (BBC, 2012).

O aumento do nível de renda da população, entretanto, não é suficiente para que se possa confiar no consumo enquanto principal expoente do crescimento econômico chinês e

como política basilar de um “pouso suave” da crise internacional. Há que se atentar igualmente para características estruturais em mudança do mercado doméstico chinês.

Primeiramente, pode-se apontar o fato de que, na medida em que a renda per capita aumenta, o mercado consumidor tende a ser mais exigente com relação ao acesso a melhores condições de vida. Nesse sentido, o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) já prevê a estruturação de um sistema de seguridade social, inclusive com a introdução de mecanismos concorrenciais e um conjunto de políticas sociais para melhorar o padrão de vida da população chinesa, reduzindo os problemas da distribuição de renda e, por sua vez, conferindo mais estabilidade política ao país.

Com efeito, os programas sociais tenderão a liberar parte da elevada poupança para o consumo – na medida em que os chineses não precisarão mais poupar para garantir previdência, saúde e educação-, o que, juntamente com a meta de implantação de um sistema de salário mínimo e de ampliação de seu poder de compra, poderão fortalecer a economia chinesa em um “esforço de sincronização entre renda e crescimento econômico, remuneração e produtividade.” (PEOPLE REPUBLIC OF CHINA, 2011)

Outra característica estrutural em mudança é a rápida proletarianização da sociedade chinesa, com aumento da demanda por melhores condições sociais e possíveis contraposições ao regime (LI, 2008). Incentivados pelas mudanças percebidas durante o crescimento da economia chinesa, nomeadamente a acelerada urbanização e o crescimento da renda, e pela modificação na estratificação social chinesa, estudiosos da Academia Chinesa de Ciências Sociais (ACCS), desde estudo preparado em 2001 intitulado “A Evolução da Estrutura Social Contemporânea”, tendem a abandonar cada vez mais a concepção marxista de classe (阶级 - “jie ji” em mandarim) em favor de uma concepção de estrutura social mais “moderna”. Esta concepção tem por base não a divisão de grupos de acordo com a posse dos meios de produção e no antagonismo entre eles, mas na divisão baseada no diferente acesso a recursos organizacionais, econômicos e culturais. Assim, a estrutura moderna de estratos sociais não teria a forma de uma pirâmide, mas a forma de azeitona, ondem que a maior parte da sociedade pertence à posição média e média-alta, enquanto que grupos minoritários pertencem às posições mais altas e mais baixas (ACCS, 2001, p. 124).

Não coincidentemente, esta tem sido a porção que mais cresce na sociedade chinesa, na medida em que nela estão inclusos grupos ligados tanto ao setor empresarial e de serviços, quanto comerciantes autônomos e trabalhadores industriais (proletariado). E é justamente nesse estrato médio que o governo chinês está apostando o aumento vertiginoso do consumo doméstico, mesmo que o crescimento da proletarianização signifique uma pressão ainda maior

para o aumento de salários e questionamento do regime, no caso de este não atender às expectativas de promoção de serviços sociais.

Por último, deve-se levar em conta a especificidade da mudança demográfica do país. Se, no momento da instauração da República Popular, em 1949, o crescimento demográfico era espetacular, após desastrosas políticas de Mao Zedong e a fome que afligiu a população chinesa na época, o regime estabeleceu nos anos 1970 a política do filho único, proibindo às mulheres terem mais de um filho sob pena de pesadas sanções. A fecundidade, que era de 5,75 filhos por mulher, em 1970, caiu para metade no fim da década. Atualmente, ela é de 1,8 filhos por mulher, abaixo, portanto, do limiar de renovação das gerações. Conseqüentemente, a população chinesa deverá começar a diminuir por volta de 2035, sobretudo a população economicamente ativa (PEA), entre os 15 e os 64 anos, que já deverá diminuir a partir de 2015. Isso aponta para a possibilidade de um cenário em que há, além de queda de produtividade devido à diminuição da PEA, aumento de gastos governamentais com previdência social impulsionados pelo rápido envelhecimento da população.

Adicionalmente, há dificuldades tanto em mudar o padrão comportamental tradicional chinês para poupar menos e consumir mais, quanto contrapor interesses da ala industrial exportadora chinesa, já que isso perturbaria numerosos e frágeis equilíbrios internos. Nos últimos trinta anos, os industriais exportadores formaram na China poderosos lobbies, pressionando o governo da RPC para preservar seus interesses (moeda desvalorizada, salários sob controle, elevados lucros e políticas de crédito expansivas).

Em resumo, se as atuais elites do regime, nomeadamente Xi Jinping e Le Keqiang, têm consciência da necessidade de reorientar o desenvolvimento chinês, ser-lhes-á muito difícil passar à ação. O regime enfrenta fragilidade e a nova etapa de desenvolvimento é de elevado risco. Se de fato a China conseguir atenuar o desequilíbrio e a relativa descoordenação interna, e abordar pressões sobre emprego, aumento de renda per capita, excesso de capacidade produtiva de certos setores e desmesurado consumo de energia, então o aumento do consumo interno representará uma grande oportunidade para que se logre o tão almejado “pouso suave” da crise internacional.

### **Considerações finais**

Na conjuntura internacional de forte recessão econômica provocada pela crise iniciada em 2007-2008, não é tanto a potencial força recuperadora da China que toma a atenção de analistas internacionais, mas as suas fraquezas persistentes, que ameaçam torná-la não uma

contribuinte para que a economia mundial se recupere, mas um peso adicional que tende a puxá-la ainda mais para baixo.

A China tem diversos e sérios impasses estruturais de crescimento econômico e precisará rebalancear seus desequilíbrios o quanto antes. O primeiro, e mais importante desequilíbrio, é a dependência em relação aos mercados externos. Esta dependência não somente deixa a economia chinesa extremamente vulnerável quando às instabilidades globais, como também o afluxo de suas exportações tem efeito desestabilizador no tecido industrial dos países importadores de produtos chineses, conduzindo ao encerramento e deslocalizações industriais.

Como possibilidade cabível de reorientação político-econômica, o governo da RPC, quando da definição do 12º Plano Quinquenal (2011-2015) e seguidamente pelas metas definidas pelo Terceiro Plenário do 18º Comitê Central do Partido Comunista, definiu como imperativo o estímulo ao aumento do consumo doméstico. Entretanto, seu mercado interno também apresenta mudanças de características estruturais peculiares, com as quais também terá de lidar e reavaliar.

Esta pesquisa procurou mostrar que esta dependência traz riscos previsíveis e imprevisíveis e grandes desafios à nova liderança do PCC rumo à tão almejada continuidade do crescimento econômico. Um olhar atento sob as contradições e oportunidades que pesam sobre o gigante asiático são aportes necessários para análises mais profundas tangentes ao futuro do *status quo* mundial.

## Referências

ABDI; BNDES; BM&FBOVESPA; CVM; FINEP (2012). **Utilização do Mercado de Capitais para o Financiamento de Pequenas e Médias Empresas por meio de Ações**. Diagnóstico de Grupo de Trabalho, Experiências Internacionais. Publicada em: [<http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/download/Apresentacao-Mercado-Capitais.pdf>.] Disponibilidade: 20/01/2014.

ACADEMIA CHINESA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ACCS) (2001). **A Report on the Study of Contemporary China's Social Strata**. Beijing: Social Sciences Literatura Press.

BANCO MUNDIAL (2011). **China Quaterly Update**. Publicado em: [[http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/318949-1268688634523/Quarterly\\_April\\_2011.pdf](http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/318949-1268688634523/Quarterly_April_2011.pdf).] Disponibilidade: 20/01/2014.

BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio. Org. (2009). **Brasil pós-crise: agenda para a próxima década**. Rio de Janeiro: Campus.

BBC BRASIL (2012). **Aumento de salário mínimo ameaça competitividade chinesa**, Publicado em BBC Brasil

[[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120528\\_salarios\\_china\\_fm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120528_salarios_china_fm.shtml)].  
Disponibilidade: 13/01/2014.

BUTTON, Catherine (Ed.) (2004). **The power to protect**. Portland: Hart Publishing.

CAMPELLO, Murillo; GRAHAM, John R.; HARVEY, Campbell R. (2009). **The real effects of financial constraints: evidence from a financial crisis**. (Working Paper). Publicado em: [<http://ssrn.com/abstract=1318355>]. Disponibilidade: 12/01/2014.

CARVALHO, Marina A. E. de.; SILVEIRA, Luciana D. O. (2012) Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia: Impactos da crise econômica sobre regulamentos técnicos aplicados ao comércio internacional de bens. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim de Economia e Política Internacional**. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Brasília: Ipea, 12 (1): 45-62.

CHINA DAILY (2010). **China GDP up 11.1% in 1st half of 2010**. Publicado em: [[www.chinadaily.com.cn/Xinhua](http://www.chinadaily.com.cn/Xinhua)] Disponibilidade: 15/12/2013

ERIXON, Fredrik; SALLY, Razeen. (2010). **Trade, globalisation and emerging protectionism since the crisis**. European Centre for International Political Economy (Ecipe), Working Paper, 2 (1): 2-20. Publicado em: [[http://www.ecipe.org/media/publication\\_pdfs/trade-globalisation-and-emerging-protectionism-since-the-crisis.pdf](http://www.ecipe.org/media/publication_pdfs/trade-globalisation-and-emerging-protectionism-since-the-crisis.pdf)] Disponibilidade: 15/02/2014

FEIWEN, Rong (2012). **China's Urban Population Exceeds Countryside for First Time**, publicado em: [<http://www.bloomberg.com/news/2012-01-17/china-urban-population-exceeds-rural.html>]. Disponibilidade: 18/01/2014.

FINANCIAL TIMES (2010). **China and Germany unite to impose global deflation**, publicado em: [[http://www.jfki.fu-berlin.de/faculty/economics/team/persons/schularick/Wolf\\_Chernany.pdf](http://www.jfki.fu-berlin.de/faculty/economics/team/persons/schularick/Wolf_Chernany.pdf)]. Disponibilidade: 12/01/2014.

\_\_\_\_\_ (2012). **Growth: Economy is on track but reform remains in the sidings**, publicado em: [<http://www.ft.com/intl/cms/s/2/4a3f5484-3afc-11e2-bb32-00144feabdc0.html#axzz2LV5dVhLz>]. Disponibilidade: 16/01/2014.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) (2012). **China Economic Outlook**, publicado em: [<http://www.imf.org/external/country/CHN/rr/2012/020612.pdf>]. Disponibilidade: 20/01/2014.

FERMENTO, Walter; MERINO, Gabriel (2011). **Crisis financiera global: la lucha por la configuración del orden mundial**. Buenos Aires: Continente.

HANG SENG INDEXES (2008). **Outlook Database**. Publicado em: [<http://www.hsi.com.hk/HSI-Net/>]. Disponibilidade: 12/01/2014.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. (2001). **Power and Interdependence**. New York: Longman.

LI, Ming (2008). **The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy**. London: Pluto Press.

MANDEL, Benjamin R. (2013). **Chinese Exports and U.S. Import Prices**. Federal Reserve Bank of New York, Staff Reports, 591 (1): 1-42. Publicado em: [[http://www.newyorkfed.org/research/staff\\_reports/sr591.pdf](http://www.newyorkfed.org/research/staff_reports/sr591.pdf)]. Disponibilidade: 19/01/2014.

NONNENBERG, Marcelo J. B. (2010). China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, 30 (2): 201-218.



O GLOBO (2010). **China ultrapassa a Alemanha e se torna o maior exportador do mundo**. Publicado em: [<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/01/10/china-ultrapassa-alemanha-se-torna-maior-exportador-do-mundo-915500444.asp>]. Disponibilidade: 25/01/2014.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2011). **Key Targets of China's 12th Five-Year Plan 2011**. Publicado em: [[http://www.gov.cn/english/2011-03/05/content\\_1816822.htm](http://www.gov.cn/english/2011-03/05/content_1816822.htm)]. Disponibilidade: 25/01/2014.

QIAN, Yingyi; WU, Jinglian (2000). **China's Transition to a Market Economy: how far across the river?** SCID Working Paper 69. Stanford: SIEPR. Publicado em [<http://siepr.stanford.edu/publicationsprofile/1503>]. Disponibilidade: 15/01/2014.

REUTERS (2012). **Europe and China don't need a trade war: EU trade chief**. Publicado em: [<http://www.reuters.com/article/2012/10/21/us-eu-trade-idUSBRE89K03F20121021>]. Disponibilidade: 13/01/2014.

SANTOS, Milton (2000). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record.

SHANGHAI STOCK EXCHANGE (2009). **Outlook Database**. Publicado em: [<http://www.sse.com.cn/>]. Disponibilidade: 10/01/2014.

TAYLOR, Benjamin J.; WILSON, John S. (2009). **The crisis and beyond: why trade facilitation matters**. Washington, D.C.: Banco Mundial. Publicado em: [<http://www.unohrrls.org/UserFiles/File/LLDC%20Documents/WB%20seminar%20October%202009/2PG%20GFC.pdf>] Disponibilidade: 20/01/2014.

THE US-CHINA BUSINESS CONCIL (USCBC) (2010). **Outlook Database**. Publicado em: [[https://www.uschina.org/public/exports/2000\\_2011/](https://www.uschina.org/public/exports/2000_2011/)]. Disponibilidade: 12/01/2014.

\_\_\_\_\_ (2013). **US-China Trade Statistics and China's World Trade Statistics**. Publicado em [<https://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>]. Disponibilidade: 14/01/2014.